



Nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), a fiscalização prévia, a cargo da 1ª Secção e das Secções Regionais do Tribunal de Contas, aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de as mesmas serem realizadas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Durante o mês de outubro de 2024 foram visados 282 atos e contratos submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas (Sede e Secções Regionais dos Açores e da Madeira), representando 820 milhões de euros.

No mesmo período houve três recusas de visto, num valor superior a dois milhões de euros.

DECISÕES DA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA NO MÊS OUTUBRO

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	115	29,41	572 832 422,23	69,66
Visto com Recomendações	94	24,04	168 072 876,21	20,44
Declaração de Conformidade Homologada	73	18,67	79 266 232,68	9,64
Recusa de Visto	3	0,77	2 124 913,10	0,26
Outras extinções da instância (*)	106	27,11	0,00	0,00
TOTAL DE DECISÕES	391	100	822 296 444,22	100

(*) Inclui devolvidos não sujeitos a visto, extinção da instância por deserção, indeferimento liminar, cancelados por desistência e outros cancelamentos

TOTAL ACUMULADO NO ANO DE 2024

TIPOS DE DECISÃO	N.º PROCESSOS	%	VALOR (€)	%
Visto	957	32,32	3 840 126 473,72	47,20
Visto com Recomendações	797	26,92	3 800 074 924,62	46,71
Declaração de Conformidade Homologada	413	13,95	435 199 963,32	5,35
Recusa de Visto	19	0,64	46 690 878,25	0,57
Outras extinções da instância (*)	775	26,17	13 535 887,15	0,17
TOTAL DE DECISÕES	2961	100	8 135 628 127,06	100

Ligações úteis

- Acórdãos de recusa de visto e outras Decisões em processos de fiscalização prévia
- Sínteses de jurisprudência da 1.ª Secção, por assunto e por tipo de decisão